

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.281 - SP (2019/0251001-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : DOUGLAS AUGUSTO FONTES FRANCA  
**ADVOGADOS** : MARCOS HAILTON GOMES DE OLIVEIRA - SP256543  
DOUGLAS AUGUSTO FONTES FRANÇA - SP278589  
**AGRAVADO** : BANCO ITAUCARD S.A.  
**ADVOGADOS** : EDUARDO SANTOS FAIANI - SP243891  
TATIANA COELHO LOPES - SP290690

**DECISÃO**

Trata-se de agravo, interposto por DOUGLAS AUGUSTO FONTES FRANCA, em face de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*Ação anulatória de cláusula de contrato de emissão e utilização de cartão de crédito c.c. indenização por danos materiais pretensão do autor de nulidade das cláusulas 1.5 e 2.1.3 da contratação, para conseguir a devolução dos pontos decorrentes do uso do cartão de crédito pelo 'Programa de Recompensa Sempre Presente' reconhecimento de prescrição - contagem do prazo a partir do cancelamento do cartão - demanda extinta (art. 487 n° IT do CPC/15) aplicação do art. 252 do RITJSP - recurso improvido. (fl. 157)*

Nas razões do recurso especial, o agravante aponta violação ao art. 27 do CDC, sustentando, em síntese, não estar prescrita a sua pretensão, relativa ao restabelecimento da pontuação do cartão de crédito, porquanto o termo inicial do prazo prescricional quinquenal é a partir *do pagamento da fatura, momento em que o apelante acreditava que seus pontos seriam retornados para sua conta, conforme estava disposto em contrato.*

É o relatório.

Decido.

A irresignação não procede.

No que tange ao termo inicial do prazo prescricional aplicável à hipótese, concluiu a Corte de origem, *in verbis*:

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Uma vez violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue pela prescrição, conforme preleciona o art. 189 do Código Civil. Pretende o requerente, nesta ação, obter a reparação civil, ao alegar prejuízos suportados decorrentes do cancelamento dos pontos acumulados, a qual, ante a natureza consumerista da pretensão, submete-se ao prazo de 05 (cinco) anos para ser pleiteado em juízo (art. 27 do CDC). Nesse particular, salienta-se que a pretensão de restituição dos pontos surgiu quando o cartão foi cancelado, não quando o débito foi liquidado, pois, conforme cláusula contratual, o perdimento da pontuação é consequência do cancelamento. Logo, ante o ajuizamento do feito somente em agosto de 2017, transcorreu 'in albis' o prazo para o autor obter a reparação civil, razão pela qual dec laro prescrito a pretensão. (fl. 160)*

Assim, infirmar a conclusão do Tribunal estadual, como ora postulado, exigiria, indubitavelmente, o revolvimento fático-probatório dos autos, além da necessidade de interpretação de cláusulas contratuais, o que não se admite no âmbito do recurso especial, ante o disposto nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

Ante o exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos à parte recorrida de 15% sobre o valor atualizado da causa para 16% sobre o respectivo valor.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO  
Relator